



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Comunicação Oral

**ENTRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E INFORMAÇÃO: O COMPÊNDIO O
LIVRO DO POVO E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍGIDO DE
EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PARAHYBA DO NORTE¹**

***BETWEEN MEMORY, HISTORY AND INFORMATION: THE
COMPENDIUM THE PEOPLE OF THE BOOK AND TO CONSTRUCTION
EDUCATION SALUTARY MODEL IN SCHOOL PARAHYBA NORTH***

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano, UFPB
nayanamariano@hotmail.com

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, UFPB
bernardinafreire@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo discutir a construção de um modelo hígido de educação escolar na instrução primária na Parahyba do Norte, a partir do diálogo com o compêndio *O Livro do Povo*, adotado nas escolas da Província em 1865. Nesse percurso, utilizamos como fonte o referido compêndio escolar, entendendo-o como um referencial de memória para o trabalho de gestação da História. Rememorando algumas experiências do passado e dialogando com a *memória* a partir dos diversos cruzamentos com o *tempo*, o *espaço* e o *movimento* (DIEHL, 2002), percebemos que, na segunda metade do século XIX, momento de consolidação da nova nação, estava em curso a constituição da escola brasileira/paraibana, e os preceitos da ordem médica estiveram presentes no processo de escolarização. Logo, a medicina, se colocando como uma das responsáveis pela edificação do Estado nacional, utilizou-se de mecanismos de intervenção individualizante e generalizante, irradiando a norma no interior das diversas esferas que constituíram a sociedade. O trabalho foi problematizado a partir da categoria *biopolítica*, discutida por Foucault como um procedimento institucional de administração da coletividade. Assim, preceitos de natureza médica passaram a infundir normas que iam do simples ato de lavar as mãos, aos cuidados ortopédicos daqueles que frequentavam a escola, como consta no referido compêndio. Diagnosticando doenças contagiosas, orientando a materialidade do prédio da escola, indicando os cuidados com o corpo e as roupas, prescrevendo a ginástica, divulgando a importância da vacinação e purgando o que era considerado pernicioso, isto é, produzindo saberes e poderes, a ordem médica foi consolidando um modelo hígido para a educação escolar. A partir desses múltiplos fragmentos que fizeram parte das experiências individuais e coletivas dos educandos, a memória histórica vai sendo (re)composta, o passado vai sendo representado e o conhecimento histórico, que é perspectivista, (re)significado.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

Palavras-chave: Memória educacional. Preceitos médico-higiênicos. Instrução primária. Parahyba do Norte.

Abstract: This Communication aims to discuss the construction of a healthy model of school education in primary education in North Parahyba from the dialogue with the compendium *The People's Paper*, adopted in the province's schools in 1865. Along the way, I used a source said school textbook, understanding it as a memory reference for the work of pregnancy in history. Recalling some past experiences and dialoguing with the memory from various crosses with time, space and movement (DIEHL, 2002), I could see that from the second half of the nineteenth century, new nation consolidation time, I was underway the creation of the Brazilian / paraibana school, and the precepts of medical order were present in the schooling process. So the medicine, posing as one reason for the building of the national state, we used to individualizing and generalizing intervention mechanisms, radiating the norm within the various spheres that formed the society. The work was questioned from the biopolitics category, discussed by Foucault as an institutional procedure of collective administration. Thus, any medical precepts began to infuse standards ranging from the simple act of washing hands, the orthopedic care of those who attended school, as stated in that compendium. Diagnosing diseases, guiding the materiality of the school building, indicating the body care and clothes, prescribing gymnastics, touting the importance of vaccination and bleeding that was considered pernicious, that is, producing knowledge and power, the medical order It was consolidating an otherwise healthy model for school education. From these multiple fragments that are part of individual and collective experiences, historical memory is being (re) made, the past is being represented and historical knowledge, which is perspectival, (re) meaning.

Keywords: Educational memory. Medical and hygienic precepts. Primary education. North Parahyba.

1 INTRODUÇÃO

Na Parahyba do Norte² oitocentista, a ideia de civilização foi pulverizada como uma espécie de propulsor capaz de conduzir a população para uma forma superior de organização social. Nessa trajetória, o avanço da sociedade estava atrelado a uma série de regulamentações que transformariam o espaço urbano e sua população. Logo, o que estivesse na contramão da almejada civilização deveria ser purgado e a relação entre higiene e progresso passou a ser evocada constantemente.

A educação escolar como promotora de uma nova sociedade, fazia parte dos discursos e debates na Parahyba do Norte. Assim, diferentes saberes e práticas estiveram presentes nessas construções discursivas, que objetivavam auxiliar na formação de uma Província civilizada. A medicina, que para Foucault (1999, p. 302) “é uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios”, se colocou como um dos pilares responsáveis por essa edificação, em nome da ordem, do progresso e da razão. Regulamentar a sociedade, normatizar o corpo-organismo, governar a população, finalidade e instrumento de uma nova

² Utilizo no texto a nomenclatura da época, logo, quando falo da cidade da Parahyba, me refiro a capital, atual João Pessoa, bem como, ao focar a Província da Parahyba do Norte, me refiro ao atual Estado da Paraíba.

forma de governamentalidade. As instituições, como escolas, permitiram exercer uma forma específica de poder, que tinha como alvo a coletividade, um novo tipo de racionalidade governamental, a biopolítica.

A crença na formação da infância, a partir da educação escolar, mobilizou diferentes agentes do governo e da sociedade, que passaram a investir cada vez mais nesse setor. Nesse percurso, rememorando algumas experiências do passado e dialogando com a *memória* a partir dos diversos cruzamentos com o *tempo*, o *espaço* e o *movimento* (DIEHL, 2002), buscamos discutir a construção de um modelo hígido de educação escolar na instrução primária na Parahyba do Norte, a partir do diálogo com o compêndio *O Livro do Povo*, adotado nas escolas da Província em 1865. O critério que conduziu a escolha do compêndio foi o seu uso de maneira continuada, isto é, pela grande inserção que possuía em sua época, formando sucessivas gerações.

2 ENTRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E INFORMAÇÃO

Fenômenos educacionais/educativos são manifestações de grande significação em relação à cultura de uma determinada sociedade. É também no âmbito educacional que se produzem/reproduzem conhecimentos e saberes. Entender esses fenômenos na sua historicidade é uma das preocupações da História da Educação. Nas últimas décadas, esse campo de estudos vem conquistando espaço e ganhando um novo olhar por parte dos pesquisadores e estudiosos que foram dialogando com diversas abordagens teóricas, problematizando novos objetos, incorporando e ampliando o uso de fontes.

Nesse contexto, o compêndio escolar surgiu como um objeto riquíssimo de pesquisa, não mais entendido como uma produção isenta de parcialidade, visto que traz consigo influência das propostas educacionais em voga, do mercado editorial, das vinculações do autor, enfim, de uma gama de fatores que influenciam essa produção. Com esse olhar sobre os compêndios escolares, diversos campos de conhecimento podem verticalizar questões ligadas a sua produção, circulação, valores, conteúdos, usos e práticas, bem como os diferentes agentes envolvidos: autores, alunos, professores, autoridades, etc.

Compreendendo que “a memória está representada em suportes informacionais distintos” (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 3), entendemos que o compêndio escolar é portador de uma memória nacional da educação, mas vale salientar que no Brasil não existe uma política de preservação de livros didáticos e poucos são os espaços dedicados à preservação da memória da educação. Em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, Derrida (2001) mostra que o arquivo, que é a morada da memória, da história, dos vestígios do passado, é

fruto de uma relação muito íntima com o poder, com a história oficial e, assim sendo, também é morada do esquecimento, dos silêncios e encobrimentos. Nesse sentido, a intencionalidade é marca presente nessa morada, e os documentos que lá estão, seja por alguma finalidade ou por mero acaso, foram construídos a partir de interesses do seu tempo. Devemos, assim, questionar a documentação, interrogar as lacunas, os hiatos, os esquecimentos.

Ao historiador, cabe a escrita e reescrita da história, já que esse saber é temporal e os vestígios do passado, uma representação da realidade. De acordo com Pesavento (2005, p. 40), “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência”. Representação essa, que também encobre uma identificação, um ordenamento, uma legitimação ou exclusão.

Assmann (2011, p. 20-21, grifos da autora), discutindo espaços de recordação a partir da memória cultural, salienta que atualmente há uma intensificação do problema da memória e que diferentes interesses e questões se cruzam para compreender esse complexo fenômeno. Assim, dialogando com “as *tradições* (mnemotécnica e discurso de identidade), as *perspectivas* (memória cultural, coletiva e individual) e as *mídias* (textos, imagens, lugares, bem como discursos: literatura, história, arte, psicologia etc)”, analisa suas funções, seus meios e armazenadores, apresentando ao leitor os diferentes caminhos que levam à memória.

No percurso sobre a materialidade das mídias memorativas, Assmann (2011) chama a nossa atenção para a necessidade da memória cultural de certas práticas e mídias, para que essa memória transponha gerações e épocas. Indivíduos e culturas constroem interativamente suas memórias através da língua, de imagens, rituais, e organizam essas memórias por meio de armazenadores externos ou práticas culturais. Nesse processo, a escrita é apresentada como *medium* de eternização e suporte da memória, ela possui uma força de conservação, de interação, de germinação, mas também, de opressão, de exploração e de colonização.

O referido compêndio, entendido como uma *reserva de informação, de memória e de história* (CATROGA, 2015), é um objeto relevante para a memória educacional, pois as informações que carregou ao longo da sua trajetória, deixou traços que marcam a sua condição de possibilidade. Esses traços, rastros ou marcas contêm informações que nos permite trazer a tona várias possibilidades de construção. Partindo desse entendimento, um contexto multifacetado nos mostra um leque de possibilidades de compreensão de um processo histórico.

O compêndio, *lugar de enunciação* (FOUCAULT, 2012), é portador de uma memória educacional que deve ser valorizada e preservada, tendo, assim, contribuído no processo de escolarização na Parahyba do Norte no século XIX, visto que, é também um testemunho do

passado. Assim, podemos nos perguntar: que tipo de informação era veiculada no livro? Que informações foram silenciadas? O que o autor do compêndio queria legar para as gerações futuras?

Assim, a Ciência da Informação, com o seu caráter transdisciplinar, nos brinda com saberes diversos e nos ajuda a problematizar as relações entre informação e memória.

Segundo Thiesen:

A informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões, ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços, que constituem o que, convencionalmente, chamamos de memória. (THIESEN, 2013, p. 240)

Compreendemos que o compêndio escolar contém informações diversas. Tomando a informação como artefato, Pacheco considera que:

Se a informação é um artefato, ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização. (PACHECO, 1995, p. 21)

Logo, como um artefato de informação e memória, o compêndio escolar possui “[...] contextualidade e é possível ser atualizado historicamente”, visto que a memória “constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais” (DIEHL, 2002, p. 116). E na reconstrução do passado pela História, novos significados são desenhados pelo que ficou guardado nessas memórias.

Concordamos com Gondra (2007, p. 159, grifos nossos), quando afirma que no Brasil, o século XIX, “constitui-se no século da *invenção da forma escolar moderna*”. Nessa invenção, variados elementos se juntaram para compor a educação escolar, e regulamentações da ordem médica também estiveram presentes na conformação de modelos, práticas e saberes escolares. Usamos o termo invenção, não com a ideia de uma narrativa ficcional, mas para designar um contexto de fabricação, de construção de uma concepção de educação escolar:

Esta expressão remete a uma temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto a busca de um dado momento de fundação, [...] como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 19)

O uso do termo aponta o nosso afastamento a qualquer forma de naturalização do acontecimento histórico, bem como a nossa aproximação com uma abordagem perspectivista, em fluxo, aberta, múltipla e intrigante do conhecimento histórico, já que devemos ficar atentos não só a produção do que foi escrito, mas também, ao que foi silenciado.

3 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE: SABERES MÉDICOS E ESCOLARIZAÇÃO

A medicina buscou, ao longo do Oitocentos, modificar costumes, em matéria de salubridade, considerados contrários ao progresso, objetivando tornar o ambiente urbano higiênico, organizado e com bons hábitos. Nesse percurso, uma regulamentação começou a ser prescrita para eliminar e controlar o que não estivesse de acordo com esse projeto civilizatório. Para Elias (2011, p. 23):

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos [...] conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser muito difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização.

Comungando dessa concepção, Schwarcz (1998) enfatiza que civilização é um conceito abrangente, que comporta vários significados, indicando uma determinada situação política e cultural que está associada a noção de progresso. Essas ideias circularam na Parahyba do Norte, onde políticos, médicos, professores, literatos, advogados, dentre outros, apontavam meios para a edificação de uma sociedade ordeira, disciplinada, instruída, higienizada, enfim, uma sociedade “civilizada”.

Essas ideias também circularam na Província a partir dos manuais de civilidade, que poderiam ser adquiridos, na Botica Imperial, conforme anúncio publicado no dia 21 de novembro de 1861, no Jornal *A Regeneração*. Tais espaços eram destinados para a venda de remédios e também para o comércio de livros. Obras diversas eram comercializadas, como a *Bíblia*, *Viagem de Gulliver*, *Lusíadas*, dentre essas, o livro *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, de autoria do português José Inácio Roquette, obra publicada em 1845. Durante o Oitocentos, esse gênero literário dedicado às boas maneiras ganhou força no Brasil. Eram guias compostos por regras de higiene, etiqueta, tratados de

cortesia, que buscavam, com uma linguagem didática, difundir normas comportamentais vistas como civilizadas.

E na segunda metade do século XIX, o problema da insalubridade foi um dos focos da atenção dos poderes públicos. Com o intuito de dar um caráter salutar e “civilizado” a Província e, especialmente, a cidade da Parahyba, possuidora de uma topografia acidentada, frente à precariedade da higiene urbana, marcada pelos odores fétidos que rondavam o ambiente, lixo espalhado pelas sinuosas ruas, animais mortos, água estagnada, pelos enterramentos feitos nas dependências das igrejas, pela precariedade das edificações quer públicas, quer privadas, enfim, uma variedade de propostas passou a ser discutida, levando-se em conta a associação entre o meio social e o meio natural, para inibir elementos potencialmente perturbadores à salubridade urbana. Assim, estabelecimentos como escolas, cadeias, mercados, estariam marcados pela desorganização e foram apontados pelo saber médico como veículos propagadores de doenças e, ao longo desse período, como resposta ao diagnóstico feito, começaram a ser debatidos meios para a melhoria da saúde pública, com propostas de modificações urbanísticas e institucionais, com o intuito de neutralizar as doenças que assolavam a Província, auxiliando os poderes públicos na tarefa de “regeneração” social, já que o estatuto da urbanidade estava se constituindo em torno da propaganda civilidade e a medicina se apresentou nesse impulso de ressignificação do urbano.

No curso ministrado em 1976 como professor do Collège de France e publicado em forma de livro com o título *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) discute as relações de poder e seus mecanismos de intervenção. A última parte do livro é dedicada a constituição, na Modernidade, de uma *biopolítica*, que tomou a população como objeto de agenciamento do poder. Assim, mapeando o *poder soberano* que disciplinava os indivíduos, buscando compreender como os saberes são produzidos, Foucault (1999) passa a discutir a biopolítica, como um procedimento institucional de administração da coletividade. Com o aumento populacional e o crescimento das cidades, a vida em sociedade trouxe transformações que pediam intervenções para gerenciar a população, que até então não era considerada um problema. Com a biopolítica, as doenças passaram a ser discutidas. Sua forma, natureza, extensão, duração e intensidade ganharam destaque, como problemas permanentes de “subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que pode custar. Em suma, *a doença como fenômeno de população*” (1999, p. 290-291. Grifos nossos). Novas configurações das relações de poder estavam em cena e, ao Estado, cabia gerenciar o nascimento, a doença, a produção, a morte, desse novo elemento que é a população.

É importante salientar que o período de constituição da instrução elementar oitocentista na Parahyba do Norte, foi um período rico, palco de intensos debates e prescrições para a edificação de uma escola considerada moderna. Para tal empreitada, elementos diversos foram sendo forjados para o alicerce desse processo de escolarização, como um tempo e uma idade escolar, um espaço específico e adequado para a escola, regras para a matrícula, material escolar, um arcabouço administrativo, condições para o magistério, dentre outros elementos.

Inseridas nesse contexto de inovações que iam sendo discutidas e absorvidas, estavam às normatizações médico-higiênicas que ajudaram a compor as reordenações no tempo escolar, diferenciando-o de outros tempos sociais, com horários para aula, descanso, férias; na indicação de mais autonomia dos espaços físicos em relação a residência dos professores, espaços construídos especialmente para abrigar a escola, com dimensões adequadas e regras hígidas para sua construção e manutenção; na ampliação dos programas de ensino, com a ginástica sendo prescrita; na aquisição de compêndios, com matérias contendo saberes da ordem médica; na prescrição de móveis adequados a idade dos alunos; tudo isso inserido numa movimentação ocorrida no interior da cidade, da sociedade, nesse processo de produção da escola. Nesse contexto, um modelo hígido de educação escolar foi sendo fabricado e as discussões travadas por médicos, políticos, professores, juristas, mostram como o período foi rico nos debates por uma educação física, moral, intelectual, isto é, por uma população moldada também pela pedagogia da higiene.

Nesse movimento, a escola entrou no leque de intervenções médicas e as prescrições postas nas diversas reformas para a instrução primária mostram a penetração desse saber na educação escolar. E essas discussões não estavam apenas presentes nos regulamentos, o compêndio *O Livro do Povo*, adotado nas escolas públicas primárias da Província em 1865, indica que o tema ganhou representatividade no universo escolar.

Na Parahyba do Norte, em 4 de junho de 1864, o jornal *O Publicador*, na seção de anúncios, indicou o compêndio *O Livro do Povo*, de autoria de Antonio Marques Rodrigues, formado em Direito, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, sócio do Instituto Dramático e Literário de Coimbra, sócio correspondente dos Institutos Arqueológico e Geográfico Pernambucano e Histórico da Bahia, inspetor de Instrução Pública do Maranhão, professor e deputado provincial por várias legislaturas. O autor confeccionou “obra ornada com muitas gravuras e contendo as seguintes matérias: *Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, O vigário, O professor primário, O bom homem Ricardo, Moral prática, Quadrúpedes úteis, Receitas*

necessárias, Da higiene etc” (O PUBLICADOR, 04/06/1864). De acordo com Chartier (1999, p. 8):

[...] o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação.

Contudo, por mais que busque instaurar uma ordem, é importante frisar que ela não anula a liberdade dos diferentes leitores, das relações que mantém com o escrito, suas interpretações, significados e reformulações. Nesse sentido, “deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir)”. (CHARTIER, 1999, p. 17).

O livro estava a venda na casa de Antonio Vicente de Magalhães e Cia, na rua do Varadouro, na cidade da Parahyba. Segundo o anúncio, pelo *merecimento do assunto* e baixo preço, a aceitação da obra era positiva ao ponto de já ser adotada para o uso nas escolas primárias do “Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco, e recomendada ao povo a sua leitura pelos Exms. Srs. D. Luiz, bispo do Maranhão, e D. Manuel, arcebispo da Bahia”. (O PUBLICADOR, 04/06/1864)



Imagem 1 – Capa do Compêndio *O Livro do Povo* (1865)

Fonte: Disponível em: leamad.fflch.usp.br. Acesso em: 02 de julho de 2014.

Havia uma exigência, segundo o Artigo 95 do Regulamento da Instrução Pública da Província do Maranhão de 1855, que os livros com conteúdos religiosos fossem “submetidos à aprovação de um bispo diocesano” (COSTA, 2013, p. 67). E, como várias páginas do compêndio eram dedicadas a lições dos evangelhos, *O Livro do Povo* estava autorizado, segundo os órgãos competentes, a circular nas escolas. Essa recomendação feita pelo bispo do Maranhão e pelo arcebispo da Bahia foi utilizada para atestar a qualidade da obra, a autorização permitiria a adoção por parte das escolas e esse atestado estava impresso na capa do compêndio, uma estratégia usada com o intuito de uma aprovação cada vez maior pelas instâncias competentes.

Considerado pelo bispo do Maranhão, D. Luiz, como um livro *apropriado a educação moral da mocidade*, que encontrava-se *deserdada e carecedora de bons princípios e doutrinas sãs*, *O Livro do Povo* deveria ser adotado nas escolas, já que, na visão do bispo:

A matéria que ela contém, é a mais útil e importante, já pela sólida doutrina que encerra, por cuja falta sucedem tantos pecados na Igreja, se trai e aliena a pátria, e se esquece o culto; como porque, socorrendo a primeira idade, deve ser muito proveitosa para fortificar a débil razão dos meninos, enfraquecer as paixões nascentes e inspirando o horror ao vício, ensinar-lhes o temor a Deus, que, quando a razão não abandone a idade subsiste, como diz o sábio, muito tempo no coração do homem. (*apud* RODRIGUES, 1865, p. 7-8)

Enfatizando a importância da educação moral, patriótica e religiosa para alicerçar a formação das crianças, o bispo do Maranhão defendeu a utilização do compêndio nas escolas primárias do Brasil.

Em 1865, foi publicada a 4ª edição da obra e consta a informação que o livro passou a ser adotado também nas escolas primárias da Parahyba do Norte e Piauí. Segundo Costa (2013), *O Livro do Povo* circulou em várias províncias do Brasil e também em Portugal e na Inglaterra. A divulgação nos anúncios de jornais mostra essa circulação e, como o Maranhão foi um importante centro editorial em meados do século XIX, destacando-se pela qualidade nas impressões e pelo baixo preço dos livros, a obra do maranhense Antonio Marques Rodrigues, é fruto desse contexto favorável. Além disso, como “o autor dispunha ainda de um capital social amplo, o que possibilitou o seu contato com livreiros de várias províncias” (COSTA, 2013, p. 171), a exemplo de Antonio de Magalhães e Cia da Parahyba, a comercialização da obra foi grande. De 1868 a 1873, por exemplo, circularam cerca de 11.069 exemplares do compêndio, que somados aos 4.433 distribuídos pelas escolas públicas, totalizam 15.502. Com nove edições publicadas, a primeira em 1861 e a última datada de 1881, o livro era indicado não só para a instrução primária, mas para a educação da população em geral. (COSTA, 2013)

Os compêndios publicados na Província do Maranhão em 1866, eram vendidos por valores que variavam entre 600 réis e 2.000 réis e, “nesse mesmo ano, uma assinatura trimestral do *Publicador Maranhense*, de tiragem diária, custava 4\$800, ou seja, com esse mesmo valor era possível comprar 4 livros” (COSTA, 2013, p. 53). Já *O Livro do Povo*, era vendido nessa época pelo preço de 800 rs. Além do preço acessível, há informações que muitos exemplares foram distribuídos gratuitamente no interior do Maranhão, contribuindo com a circulação desse impresso.

Com 253 páginas, divididas em 14 lições, a obra abordava assuntos diversos como: 1- Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, 2 – O vigário, 3 – Fábulas, - 4 – O bom homem Ricardo, 5 – Quadrúpedes úteis I, 6 – O professor primário, 7 – Moral prática, 8 – Evangelho de Lavradores, 9 – Quadrúpedes úteis II, 10 – Simão de Nantua, 11 - Máximas e sentenças, 12 – Da higiene, 13 – Receitas necessárias e 14 – O Brasil. Pela organização do livro, houve uma preocupação do autor com os programas de ensino da época, visto que, *O Livro do Povo* poderia ser utilizado em disciplinas como *Leitura e escrita*, *Instrução moral e religiosa*, dentre outras comuns nesse período. Também houve a intenção de difundir conhecimentos considerados importantes para a formação dos educandos. O livro está dividido em duas partes: 1- Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo e 2- Assuntos diversos, em ambas as partes, há o estímulo a regras de civilidade, ao patriotismo, a justiça, a higiene, bem como a difusão de condutas pautadas em sentimentos como amizade, bondade, perdão, paciência, coragem, etc.

Na Província da Parahyba do Norte, desde o Regulamento de 1849, a *Instrução moral e religiosa* era indicada e, um ano antes do compêndio *O Livro do Povo* ser adotado, disciplinas como *Leitura e escrita*, *Doutrina cristã*, *Noções elementares de história sagrada*, *Noções do evangelho*, passaram a fazer parte da programação escolar a partir da publicação da Lei n. 178, de 30 de novembro de 1864, legislação essa, que dividiu a instrução primária em elementar e superior. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 42)

A higiene é um dos temas abordados no compêndio, o que mostra que a temática ganhava representatividade também nas escolas. Com o capítulo intitulado *Da higiene*, Rodrigues chama a atenção para os *principais preceitos higiênicos* que deveriam ser *decorados pelos meninos*, já que esse ramo da medicina teria por finalidade *conservar a saúde*. O autor traz, em forma de *rifões rimados*, a compilação feita por F. Felipe Leite, sobre: 1 - *Do ar e dos aposentos*, 2 – *Do vestido e do asseio*, 3 – *Alimentos e bebidas*, 4 – *Do exercício e do repouso*, 5 – *Sensações e paixões* e 6 – *Generalidades*. Os provérbios foram selecionados com o intuito de inculcar nas crianças hábitos considerados saudáveis e civilizados. No tópico 1, por exemplo, há máximas como: “[...] Areja o quarto da cama, que ar impuro a peste chama. [...] Donde sentires mau cheiro, foge logo e bem ligeiro” (RODRIGUES, 1865, p. 232). As rimas enfocam discussões da ordem médica muito presentes na segunda metade do Oitocentos na Província da Parahyba do Norte e no restante da nação, e a intenção era promover a saúde dos alunos, da instituição escolar e da sociedade como um todo.

Além da preocupação com a pureza e circulação do ar e com a higiene do espaço habitado e seus arredores, o asseio do corpo é exemplificado com a associação da higiene com

a beleza, a saúde, a força e a decência: “Traz a todos a limpeza, saúde, força, lindeza – Deves lavar, cada dia, a cara com água fria [...]. Penteia-te, e limpa os dentes, conserva as unhas decentes. [...] Quem não lava e esfrega os dentes, tem-nos podre e indecente” (RODRIGUES, 1865, p. 233). Somando-se ao asseio corporal, é ressaltada a importância da utilização de roupas e sapatos confortáveis: “Tem calos, e anda aleijado, quem traz sapato apertado – Espartilho muito estreito, causa moléstia de peito”. (RODRIGUES, 1865, p. 233)

A alimentação também entrou no leque dos provérbios selecionados e a mastigação, a indigestão, alimentos saudáveis e bebidas, compõem as preocupações do tópico, já que, “para quem ainda é pequeno, vinho e licor é veneno” (RODRIGUES, 1865, p. 233). Há a indicação de refeições moderadas e com pouco uso do açúcar, pois “morrem de fome raríssimos, de fartadelas, muitíssimos – Com o comer mal mastigado, muitos se têm engasgado. Não faz boa digestão, comer com sofreguidão [...]. São de açúcar muito amigas, as malditas das lombrigas”. (RODRIGUES, 1865, p. 234)

A importância dos exercícios físicos e do repouso é um tema presente e há uma associação entre estes e o estudo: “Faz exercício diário, estuda o que é necessário. Tão preciso é descansar, como brincar e estudar. [...] Menino que muito dorme, fica doente ou disforme. [...] Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer” (RODRIGUES, 1865, p. 234). Nesse tópico, as rimas estimulam a inclusão dos exercícios físicos diariamente, o respeito ao descanso, ao estudo, a adoção de costumes como acordar e dormir cedo, a utilização da cama apenas para dormir e, nesse incentivo a movimentação, brincadeiras ao ar livre como *pêla e peão*. Porém, nesse período, a legislação provincial não faz menção a nenhum tipo de atividade física para os educandos.

No tópico sobre *Sensações e paixões*, o autor enfatiza a necessidade do respeito ao próximo, condena a preguiça, o barulho, a crença em bruxas, sonhos, agouros, etc. Por fim, com o título *Generalidades*, alguns rifões rimados para serem decorados:

Nunca durma com os gatos, nem passos dêsem sapatos. [...] Reter a urina em rapaz, dor de pedra e areias faz. [...] Se as unhas usar roer, podes os dedos perder. Lerás a luz natural, mas pouco a artificial. Muito cuspir é um vício, que nunca fez benefício. Outro vício é o fumar, que te há de prejudicar. [...] Faz quando manda o doutor, quando não, será pior. [...] Não finjas doente estar, pode-te Deus castigar. (RODRIGUES, 1865, p. 235).

A reprovação de alguns hábitos como roer as unhas e cuspir, denota uma preocupação não apenas com a saúde dos alunos, também com a condenação de costumes considerados não civilizados. A excreção corporal deveria ser respeitada, a exemplo da urinária, que poderia ocasionar doenças caso fosse retida. Conselho que indica a atenção com o bom

funcionamento do organismo, especialmente com as excreções fisiológicas. A luz natural é indicada para leitura e o fumo é condenado.

As proposições do tópico *Da higiene* comungam com o modelo médico-higiênico francês adotado por alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De acordo com Gondra (2004), a Higiene foi o ramo da medicina que mais auxiliou na elaboração de discursos sobre a educação escolar. As teses oriundas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1832, tinham como orientação higienistas franceses e foram elaboradas a partir do diálogo com as condições locais. E, temas como: “a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais deveriam ser cultivados nos colégios”. (GONDRA, 2004, p. 108)

Quadro 1 - Propostas Higienistas

Modelo Inspirado em M. Levy e A. Becquerel	Compilação de Rifões Rimados por F. Felipe Leite Utilizada em <i>O Livro do Povo</i>	Propostas do Tópico <i>Da Higiene</i>
<i>Circumfusa</i>	Do ar e dos aposentos	Fazer o ar circular, manter distância de água estagnada e mau cheiro, ter cuidado com ambientes fechados, etc.
<i>Applicata</i>	Do vestido e do asseio	Manter o asseio do corpo, cabelo, unhas, dentes, não usar sapatos e roupas desconfortáveis, etc.
<i>Ingesta</i>	Alimentos e bebidas	Ter uma alimentação saudável e moderada, manter boa mastigação, beber água e evitar bebidas alcoólicas, etc.
<i>Gesta</i>	Do exercício e do repouso	Fazer exercícios diariamente, respeitar os horários de descanso, brincar ao ar livre, etc.
<i>Excrecta</i>	Generalidades	Não dormir com gatos, não tomar banhos quentes, não reter a urina, não cuspir, etc.
<i>Percepta</i>	Sensações e paixões	Evitar a preguiça, não acreditar em sonhos ou agouros, crer em Deus, etc.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das discussões feitas por Gondra (2004) e Rodrigues (1865).

Há um diálogo entre o modelo médico-higiênico adotado por alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a organização escolar, e o que foi indicado por Rodrigues no compêndio *O Livro do Povo*, para as escolas primárias. As prescrições giravam no mesmo sentido de conferir uma educação integral, isto é, física, intelectual e moral, encaminhada pelos higienistas.

O Livro do Povo, na lição 10 intitulada *Simão de Nantua*, que foi extraída do livro *História de Simão de Nantua*, de autoria de Mr. Jussieu, também contém ensinamentos da ordem médica: “Entendeis que o asseio seja coisa dispendiosa? Por ventura custa dinheiro o ar que entra na vossa casa, ou a água com que lavais o vosso corpo, e os vossos móveis?” (RODRIGUES, 1865, p. 223). Com essa indagação, o autor passa a explicar a importância da manutenção da higiene da casa, dos móveis, do corpo, do ambiente em geral, elevando a necessidade da circulação de ar e da utilização da água. Para evitar *um princípio de corrupção*, a higiene deveria ser uma *precaução natural e necessária*:

A ferrugem consome, e fura por fim a caçarola que ninguém esfrega; e a falta de asseio é também uma espécie de ferrugem que pode estragar o corpo e alterar a saúde. O sol dá luz a todos, o rio corre pra todos, e para todos circula igualmente o ar. Não há pois miséria que possa impedir-vos de lavar o vosso corpo, a vossa roupa, a vossa louça, e limpar os vossos móveis, e arejar e varrer a vossa casa. Se não o fizerdes, asseguro-vos que as imundícies na vossa pele hão de se converter em úlceras e bicharia; a falta de asseio há de estragar os vossos móveis, e produzir venenos nos vasos em que puseres a comida; a humidade e a falta de ar nas vossas habitações, vos exporá a muitas moléstias. As mulheres pertence particularmente o asseio de uma casa. Os trastes em desordem e empoeirados; a sala, os quartos, e a varanda cheios de ciscos e teias de aranha; e os vidros, as panelas, e os pratos emporcalhados são a condenação eloquente de uma dona de casa preguiçosa e imunda. (RODRIGUES, 1865, p. 224)

Com uma linguagem clara, falando diretamente para a população pobre e condicionando a promoção da saúde apenas aos cuidados que essa população viesse a tomar consigo, atrelando o meio social ao meio natural, os ensinamentos contidos no *Livro do Povo* condenavam a falta de asseio e indicavam meios para uma educação integral. Os ensinamentos veiculados no compêndio buscavam inculcar hábitos, modelar corpos e eliminar atitudes consideradas viciosas, tendo a infância como alvo prioritário, mas não esquecendo a população como um todo.

Nesse contexto, o século XIX, diferente do que encontramos nos manuais de História da Educação, foi palco de debates e proposituras que ajudaram na construção de um modelo de escola moderna. Assim, compartilhamos da ideia de que a “memória da ação republicana em prol da educação escolar foi edificada *por cima* dos escombros de antigas casas de escola, [...] de debates, leis, reformas, projetos, iniciativas e políticas de institucionalização da escola nos tempos do Império.” (SCHUELER, 2008, p. 3. Grifo nosso)

4 NO RETORNO DO PASSADO A (IN)COMPREENSÃO DO PRESENTE

Na segunda metade do século XIX, as normas de natureza médica estiveram presentes na fabricação de uma concepção de educação escolar. Limpar a casa de escola, varrer a sala todos os dias, manter as janelas abertas, fazer o ar circular, lavar o rosto e as mãos, fazer revistas de asseio nos alunos, ser vacinado e provar não ter moléstia contagiosa, construir edificações amplas, arejadas, ensolaradas, calmas e higiênicas, abastecidas de materiais, utensílios e água, edificações separadas da privacidade do lar dos professores. Essas são algumas das prescrições encontradas na legislação vigente, nas reclamações dos presidentes da Província da Parahyba do Norte e dos diretores da Instrução Pública, e nas discussões e debates dos que defendiam uma educação escolar higiênica e higienizadora. Nesse percurso, a mensagem da higiene, indicada pela ordem médica, também esteve presente nos compêndios escolares. *O Livro do Povo*, adotado na Província da Parahyba do Norte em 1865, continha instruções médico-higiênicas e as escolas primárias eram vistas como importantes espaços de circulação dessa mensagem.

Nesse processo, “não podemos deixar de registrar que a informação tem uma face dupla, pois ao mesmo tempo que forma e institui, contém informação e traz em germe o instituído. Tendo sofrido a ação do tempo agora já é memória”. (THIESEN, 2013, p. 251).

No referido compêndio, vários preceitos da ordem médica estão presentes, como: o cuidado com ambientes fechados e com água estagnada, a indicação da limpeza do corpo, do cabelo e dos dentes, a sugestão de uma alimentação moderada, diversificada e saudável. Os rítmicos também revelam a importância dos exercícios corporais e do repouso, aconselhando os alunos a cultivarem hábitos considerados higiênicos e chamando a atenção dos mesmos para a obediência as indicações do médico. Segundo Rodrigues (1865, p. 253), “o Brasil ainda é novo para a civilização, mas não é atrasado pelo que respeita aos talentos e meios de adquirir instrução,” denotando a sua fala, crença na instrução proposta nesse período. Assim sendo, os cuidados com alimentação, banho, sono, exercícios, vícios, formação moral, dentre outros, indicam a amplitude do saber e da prática médica, que buscava articular, aspectos físicos, morais e intelectuais na formação de uma educação escolar. Todas as prescrições da ordem médica discutidas até aqui indicam a forte presença desse saber na constituição da educação escolar e, no final do Império, elas permaneceram como poderosas armas no combate ao que estivesse na contramão da almejada civilização.

A partir desses múltiplos fragmentos que fizeram parte das experiências individuais e coletivas no universo escolar, a memória histórica vai sendo (re)composta, o passado vai sendo representado e o conhecimento histórico, que é perspectivista, (re)significado. E, como

nos diz Albuquerque Júnior (2007, p. 207), “na memória fica o que significa; na História se ressignifica o que fica”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul/dez 2007.

A REGENERAÇÃO, ano 1, n. 53, Paraíba do Norte, 21 de novembro de 1861. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília, D.F.: UNB, 1999.

COSTA, Odaléia Alves da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma interpretação freudiana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo: EDUSC, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José G. Escolarização e governo das multidões. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). **História e educação: territórios em convergência**. Vitória: GM, 2007. p. 159-174.

OLIVEIRA, Bernardina M. J. Freire de; LIMA, Izabel França de. A memória da Editora Universitária da UFPB: História de vida dos servidores na construção da memória da instituição. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., Belo Horizonte.. **Anais ...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>.

O PUBLICADOR, ano 3, n. 526, Paraíba do Norte, 04 jun. 1864. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 07 de junho de 2014.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília, D.F.: INEP, 2004.

RODRIGUES, Antonio Marques. **O livro do povo**. Maranhão: Tipografia do Frias, 1865. Disponível em: lemad.fflch.usp.br. Acesso em: 02 de julho de 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. “Escolas de Verdade” para a *República do Brasil*: os grupos escolares na capital federal. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: <encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais.> Acesso em 02 de jul de 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.